

Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e do Ensino Superior na apresentação do Orçamento de Estado para 2004 no Plenário da AR

Lisboa, 05 de Novembro de 2003

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Na minha primeira intervenção neste Plenário quero cumprimentar o Senhor Presidente e todos os Senhores Deputados, aqui deixando expressa a minha disponibilidade para a total cooperação com esta Assembleia e com todos os Grupos Parlamentares.

Estamos a viver um **tempo de mudança** na Europa nos domínios da ciência e do ensino superior.

As transformações na União Europeia, os desafios da sociedade do conhecimento e o processo de globalização implicam alterações profundas a nível nacional.

Alterações essas que devem orientar a acção do Governo mas também influenciar decisivamente o papel das instituições científicas e de ensino superior.

Na sequência da estratégia de Lisboa, que desafia a Europa a tornar-se a Economia baseada no conhecimento, mais competitiva do mundo, até 2010, o **Conselho Europeu de Barcelona**, determinou que o **nível global da despesa em Inovação, Investigação e Desenvolvimento** na União Europeia deverá aumentar a fim de se aproximar dos **3% do PIB até 2010**, dois terços do mesmo devendo provir do sector privado.

Já em 99, os Ministros responsáveis pelo ensino superior haviam estabelecido, na chamada **Declaração de Bolonha**, uma meta clara: desenvolver um espaço europeu de ensino superior coeso e coerente até 2010.

Estamos pois diante de um processo com **dois pilares fundamentais**:

- ❖ a criação de um **Espaço Europeu de Investigação e a criação de um **Espaço Europeu de Ensino Superior.****

São objectivos ambiciosos que desafiam o nosso empenho e o nosso sentido de responsabilidade.

Não há desenvolvimento sem Ciência.

Não há progresso sem Ensino Superior.

São meios essenciais para combater a exclusão social, e para promover a igualdade de oportunidades, para fomentar a exigência e a busca da excelência.

A mais valia do nosso País reside nos nossos jovens. Por isso, o investimento estratégico deste Governo é na área do Ensino Superior e Ciência.

Só através **da qualificação dos portugueses** o País se desenvolve.

Só com um **ensino superior de qualidade** podemos enfrentar os desafios da crescente competitividade internacional.

Só através da **criação e transmissão do conhecimento** poderemos vencer a luta contra a pobreza.

Temos de encarar, em definitivo, a ciência, a investigação e o ensino superior como **investimentos estruturantes, da nossa** sociedade. É assim que podemos construir um projecto verdadeiramente mobilizador para vencer os desafios do futuro.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O **ensino superior** é hoje frequentado por cerca de 400.000 alunos, reflectindo a democratização da sociedade portuguesa e um notável desenvolvimento do sistema de ensino superior em Portugal.

O aumento do número de **instituições universitárias**, a emergência do **ensino politécnico público**, e o crescimento do **ensino superior particular**, cooperativo e concordatário são marcos a assinalar neste processo.

É fundamental, prosseguirmos no esforço de democratização do ensino superior mas é sobretudo decisivo e determinante apostarmos no **rigor** e responsabilidade da gestão, na **qualidade** e na exigência das Universidades e Politécnicos, no **reforço** da Acção Social Escolar e na **excelência** das instituições científicas.

Rigor e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, fazendo mais e melhor com os recursos financeiros que

temos à nossa disposição. É um imperativo de natureza orçamental. Mas é sobretudo a aposta na exigência, no mérito e na boa administração.

Qualidade das Universidades e Politécnicos privilegiando o investimento em detrimento do funcionamento, sobretudo, ao nível dos recursos humanos. É no investimento de qualidade, mais do que nas despesas de funcionamento, que devemos concentrar o nosso esforço e a nossa prioridade.

Consolidação da Acção Social Escolar. Trata-se de acrescentar o primado da justiça social e da igualdade de oportunidades tanto no acesso como no sucesso escolar.

Excelência nas instituições científicas, promovendo a inovação, incentivando a investigação em empresas e em consórcio destas com Universidades e Centros de Investigação e Desenvolvimento, bem como a inserção de mestres e doutores no tecido produtivo.

Estes são os objectivos. Objectivos claros, exigentes e ambiciosos. Objectivos sobretudo ditados por uma lógica qualitativa, mais do que por uma cultura de quantidade.

É isto o que o País hoje precisa. É este o sentimento que hoje domina os anseios e as aspirações da nossa sociedade.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Tendo em conta estas linhas orientadoras, optámos claramente por um **Orçamento solidário**.

Solidário na preocupação com os mais carenciados na medida em que há uma redistribuição das verbas beneficiando aqueles que mais precisam.

Um Orçamento que reforça em 13,2% as verbas para a Acção Social (correspondendo na totalidade a 167 milhões de euros) assume, claramente, a função social do Estado.

A nossa posição é clara: todos, na medida das suas possibilidades, devem ter alguma participação nas despesas no Ensino Superior. É um princípio de justiça e de equidade que está patente na Lei do Financiamento do Ensino Superior. Mas ninguém pode ficar privado do acesso à Universidade por carência de recursos económicos ou financeiros.

Um Orçamento que reforça em 12,4% as verbas para a Ciência promove, de forma inequívoca, a qualificação e a inovação do País.

Globalmente, o Orçamento de Estado para a Ciência e Ensino Superior cresce, em termos nominais, **2,2%** .

Comparando com o Orçamento de Investimento em 2003, temos mais **3,1%** no Ensino Superior, **25,6%** nas infra estruturas de Acção Social Escolar e **14,5%** na Ciência.

Temos um aumento de 0,4% nas **verbas para o Ensino Superior e Acção Social Escolar.**

E isto, senhores Deputados, sem contabilizar o valor relativo às propinas que são receitas próprias das instituições.

Conclusão: não há qualquer desinvestimento no ensino superior.

Bem pelo contrário.

Este orçamento é um **bom exemplo da assumpção por parte do Governo das suas responsabilidades.**

Quero que os Portugueses saibam. Somos os primeiros a pedir rigor, exigência, qualidade e boa gestão. Mas somos e seremos também sempre os primeiros a dar o exemplo de não abrandar o investimento na formação dos nossos jovens, na qualificação das actuais e das futuras gerações.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A celebração de **contratos-programa** com os estabelecimentos de ensino superior é outro objectivo da nossa acção e obedecerá aos seguintes princípios fundamentais:

- a modernização e simplificação de procedimentos
- a captação de novos públicos
- a correcção de assimetrias
- o desenvolvimento de áreas estratégicas.

Temos de promover a captação de **novos públicos**, através da qualificação da população activa, da actualização profissional de nível superior e da cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Temos de corrigir **assimetrias** de **natureza regional** através da discriminação positiva das instituições situadas nas regiões ultraperiféricas e no interior;

Temos de ter em conta os **encargos com o património histórico e cultural**;

Temos finalmente de apostar no desenvolvimento de **áreas estratégicas**, designadamente em cursos como a física, a matemática, as tecnologias, a saúde e as artes.

É desta forma – selectiva e não generalizada, fazendo discriminações positivas, estimulando a intervenção em áreas estratégicas e corrigindo assimetrias regionais – que lograremos promover um ensino superior mais harmónico e coerente, mais justo e menos assimétrico, verdadeiramente empenhado na solidariedade e na coesão nacional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é um Orçamento Solidário que, apoia decididamente os que menos têm e promove mais o princípio da igualdade de oportunidades.

Vejamos, por exemplo, os montantes previstos para a **Acção Social Escolar**.

Como referi anteriormente, há um **aumento global de 13,2%** nas verbas da Acção Social Escolar. O que corresponde a um investimento total de **167 milhões de euros**.

Mas há também um aumento de 25,6% nas infra-estruturas para a Acção Social Escolar, nomeadamente em cantinas e residências universitárias.

Ou seja: queremos um sistema de ensino superior que seja justo, equilibrado e solidário.

É importante que os Portugueses saibam: cada estudante do ensino superior público custa, em média (na moeda antiga) 1.104 contos por ano. É um grande investimento. Um investimento que é feito por todos os Portugueses, através dos seus impostos. O Estado paga em média 972 contos por cada estudante que frequenta o ensino superior público. O que se está a pedir a cada estudante é no limite cerca de 14 contos por mês.

Num momento em que há ainda grandes bolsas de pobreza, num momento em que temos ainda muito a fazer pelo desenvolvimento de Portugal, julgo que o sacrifício que agora é pedido a cada estudante e suas famílias, é justo e equilibrado, por esta razão adicional: o Estado não pode deixar de apoiar todos aqueles que querem tirar um curso superior e não dispõem de meios ou recursos financeiros para o fazer.

É, por isso, que hoje quero aqui anunciar que o número de bolsas para o ensino superior vai passar das actuais 58 mil para 63.715.

São 5.715 novos estudantes que vão poder beneficiar, de bolsas de estudo pagas pelo Estado. É um aumento de cerca de 10%. É mais um investimento na justiça social, na igualdade de oportunidades, aos jovens socialmente mais carenciados ou economicamente mais desfavorecidos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é também um Orçamento solidário na relação com os Fundos Estruturais.

Quero sublinhar o **grande esforço nacional** que fizemos para manter **o nível de investimento** numa conjuntura bastante adversa, pois os fundos comunitários já acusam os efeitos de uma anterior utilização muito acentuada.

Consequentemente, as contrapartidas nacionais este ano terão de ser superiores numa proporção de 61,4% de esforço nacional para 38,6% de fundos estruturais no Ensino Superior e Ciência.

Na Ciência esta tendência acentua-se na medida em que o financiamento nacional corresponde a 63,3% e o comunitário a 36,7%.

Pela primeira vez, existirá um **programa de bolsas de mestrado e doutoramento** integralmente financiado por fundos nacionais.

Em termos globais a Ciência vê reforçado o seu orçamento em 12,4% (239,1 milhões de euros).

Temos, pois, condições para avançar com um conjunto de medidas nesta área, sendo a nossa prioridade **a formação avançada, o reequipamento científico e os projectos de investigação e desenvolvimento.**

Posso portanto anunciar hoje também duas novas decisões:

- Primeiro: serão atribuídas 100 novas bolsas de inserção de mestres e doutores nas empresas e 50 bolsas de doutoramento em ambiente empresarial.

- Segundo: além do **financiamento de 1760 projectos**, já em curso, financiamos ainda 300 novos projectos

de índole académica e 70 projectos de investigação em consórcio.

É mais uma aposta empenhada na inovação.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O Orçamento para o Ciência e Ensino Superior aqui apresentado em linhas gerais é essencial para enfrentarmos de forma robusta os seguintes desafios:

- 1. A modernização das Instituições de Ensino Superior.**
- 2. A implementação do Processo de Bolonha**
- 3. O incremento da acção social escolar.**
- 4. A revisão do Estatuto da Carreira Docente.**

5. **A reorganização das unidades de Investigação e Desenvolvimento.**
6. **A modernização das Infra-estruturas Científicas.**
7. O incremento da **valorização e qualificação dos recursos humanos avançados** do País, nomeadamente na formação avançada (Mestrados e Doutoramentos).
8. A promoção de **Inovação.**
9. A criação de **condições favoráveis ao investimento privado em I&D e Ensino Superior.**
10. **A promoção da cultura científica e de divulgação da Ciência.**
11. **A internacionalização do sistema nacional de C&T.**

Numa palavra final: a Ciência e o Ensino Superior são investimentos vitais para o nosso futuro.

Temos uma luta árdua à nossa frente pelo desenvolvimento. Só através da qualificação dos Portugueses, através do acesso de todos os Portugueses a um Ensino Superior de qualidade, através da criação do conhecimento e transferência desse conhecimento em prol do bem estar dos Portugueses será possível vencer o combate ao subdesenvolvimento e à desigualdade.

É este o meu compromisso. O compromisso do Governo. O compromisso da maioria que nos apoia. Um compromisso sério e responsável por Portugal, por um futuro melhor para todos os Portugueses.

Muito obrigada.